



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e cinco minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 36, de 2022** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 33/2022 - CTFC seja incluído convidado representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Reguffe (UNIÃO/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 37, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, Presidente do INSS, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a fila de espera do INSS para concessão de benefícios." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Reguffe (UNIÃO/DF), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 38, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 39, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre as diretrizes, as normas, os critérios e os métodos adotados na fixação dos preços de medicamentos novos para doenças raras, especialmente com relação ao Trikafta®." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 47, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 45/2022 - CTFC, seja incluído o tema do combate à corrupção numa visão mais ampla no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de enfrentar o sistema político-administrativo-empresarial corrompido. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Wagner de Campos Rosário, ministro-chefe da Controladoria-geral da União; representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Senhora Amanda Faria Lima, representante do Transparência Internacional Brasil; a Doutora Janaina Conceição Paschoal, Advogada e Deputada Estadual - SP; representante da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR (Polícia Federal); a Doutora Eliana Calmon, jurista e ex-magistrada brasileira." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 48, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do julgamento das supostas irregularidades com viagens e diárias de membros da força-tarefa da Lava Jato." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta e pela prejudicialidade das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 5544, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/04>

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 23^a Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 21^a e 22^a Reuniões.
(Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofícios CA 02/2022, BNDES; Ofício CA 01/2022, BNDESPAR; e Ofício CA 01/2022, Finame, dos Conselhos de Administração das empresas integrantes do sistema BNDES; Avisos 645, 887 e 909, de 2022, do TCU; Ofício 85, de 2022, da Ceasaminas; Ofício 20.175, de 2022, do Ministério da Defesa; Ofício 3, de 2022, do Dataprev; Ofício 41, de 2022, da Companhia Docas do Ceará; Ofício 6, de 2022, da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.; Nota Técnica sobre o PL 3.662, de 2021, do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais; mensagem eletrônica do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz; Ofício 10, de 2022, da Associação das Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frete; correspondência sobre a mudança da Lei 13.303, de 2016, das entidades Amec, Apimec Brasil, IBGC e Ibri; carta aberta sobre a mudança da Lei 13.303, de 2016, das entidades Instituto Não Aceito Corrupção, Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial, Instituto Ethos e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; mensagem eletrônica da Associação Brasileira de Infraestrutura e das Indústrias de Base; e Ofício 180, de 2022, da Câmara Municipal de Erechim, do Rio Grande do Sul.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção "Documentos Recebidos", com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os documentos serão arquivados nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Vamos à pauta. (*Pausa.*)

Bom, eu vou subscrever aqui o item nº 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 36, DE 2022

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 33/2022 - CTFC seja incluído convidado representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item nº 2, o Senador Girão vai subscrevê-lo.

ITEM 2



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 37, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, Presidente do INSS, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a fila de espera do INSS para concessão de benefícios.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

É um requerimento de extrema importância, importante, já que é inaceitável o que está ocorrendo no INSS nos dias de hoje. É um desrespeito principalmente com a população idosa, que não merece isso. Então, é importante que seja convidado aqui o Presidente do INSS para que ele compareça aqui para dar as devidas explicações. Eu subscrevo também esse requerimento.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 47, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 45/2022 - CTFC, seja incluído o tema do combate à corrupção numa visão mais ampla no sentido de enfrentar o sistema político-administrativo-empresarial corrompido. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Wagner de Campos Rosário, ministro-chefe da Controladoria-geral da União; representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Senhora Amanda Faria Lima, representante do Transparência Internacional Brasil; a Doutora Janaina Conceição Paschoal, Advogada e Deputada Estadual - SP; representante da Diretoria de Investigação e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Combate ao Crime Organizado - DICOR (Polícia Federal); a Doutora Eliana Calmon, jurista e ex-magistrada brasileira.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Em discussão.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discutir.) - Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, Senador Reguffe, meu amigo, meu irmão.

O senhor quebrou o paradigma aqui desta Comissão e do Senado Federal ao aprovar aqui, ao colocar em votação - colocar em votação - requerimentos até então inéditos. Foi um pioneirismo de nossa parte. Com muita honra e orgulho, participo desta Comissão.

E aqui é mais um requerimento que tem causado na sociedade uma certa dúvida sobre esse segredismo - ora a Justiça diz que não pode falar, ora diz que não pode falar... Isso só faz aumentar as dúvidas dos cidadãos brasileiros. É essa questão aí do suposto envolvimento, de uma delação premiada do operador do mensalão, Marcos Valério, com o partido político PT e com a organização criminosa PCC.

Então, esta Comissão, aprovando esse requerimento, mais uma vez tira a venda, desvenda aí algo de que a sociedade precisa saber a verdade.

E a gente incluiu nomes aqui de peso: o Ministro da CGU, Wagner Rosário; a Dra. Janaina Paschoal; também a Dra. Eliana Calmon, ex-magistrada brasileira que tem uma militância nesse trabalho do crime organizado. Eu acho que vai ser importante e eu quero pedir ao senhor para que, aprovando esse requerimento, a sessão possa ser no dia 19 de outubro, às 9h30 - a gente até já checou aí que tem disponibilidade para fazer essa audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à Secretaria que possa ver a data solicitada pelo autor do requerimento.

O item nº 6.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 48, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do julgamento das supostas irregularidades com viagens e diárias de membros da força-tarefa da Lava Jato.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Em discussão, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Reguffe.

Esse é mais um requerimento aqui a que eu peço o apoio dos colegas, para que a gente possa buscar a verdade sobre essa caçada, no meu modo de entender e de muitos brasileiros que acompanham a política cada vez mais do nosso país.

A gente está vendo aí uma guerra entre um viés político do TCU junto a alguns atores, servidores públicos exemplares, que fizeram da Operação Lava Jato o grande patrimônio – talvez um grande patrimônio da América Latina – no combate à corrupção e à impunidade. É isso que a gente vê aí, com R\$22 bilhões. Não são milhões, não, Presidente. R\$22 milhões já é dinheiro demais, mas foram R\$22 bilhões do dinheiro do contribuinte, que foi desviado – tanto foi desviado que esse dinheiro voltou. E a Lava Jato foi a responsável por isso. E não foi apenas o nosso próximo colega aqui Juiz Sergio Moro, mas também o Deltan Dallagnol, que foi eleito agora Deputado Federal, e tantos outros servidores públicos da Polícia Federal, do Ministério Público, que conseguiram fazer esse grande trabalho para o Brasil.

Então, nós aqui, nesta oportunidade, chamando o Dr. Bruno Dantas, Ministro do Tribunal de Contas da União, que tem aí ou está à frente desse julgamento que pede o resarcimento – acredite se quiser, não é? – de diárias de quem conseguiu recuperar R\$22 bilhões para o Brasil, para os brasileiros... Ele agora tem que responder sobre diária para fazer o trabalho dele e sobre passagem aérea. É piada isso, não é? Isso é um desrespeito! É aquela coisa que as pessoas dizem: mocinho virando bandido, bandido virando mocinho. Então, a gente não pode aceitar isso no nosso país.

Por isso que a gente gostaria de ouvir o Sr. Ministro Bruno Dantas. Queremos ouvir também o Sr. Walton Alencar Rodrigues, Ministro do TCU; o Dr. Modesto Souza Carvalhosa, grande jurista, advogado; o representante do Conselho Federal da OAB – é importante a gente ouvir a OAB –; o Dr.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo Medeiros de Lima, Procurador do Ministério Pùblico junto ao TCU; o representante da Secretaria de Controle Externo da Administração, área técnica do TCU; também o Exmo. Sr. Rodrigo Janot, ex-Procurador Geral da Repùblica; o Dr. João Vicente Beraldo Romão, Procurador do Ministério Pùblico Federal; o Dr. Deltan Dallagnol, jurista, ex-Procurador e agora Deputado Federal eleito pelo Paraná; o Sr. Francisco Gil Castello Branco, Secretário-Geral da Associação Contas Abertas; a Exma. Sra. Janaina Paschoal, atual Deputada Estadual de São Paulo; o Dr. Adilson Abreu Dallari, Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade PUC.

Esses são os nomes, porque é bom a gente trazer um lado aqui, quem está sendo caçado, quem está sendo perseguido - no meu modo de entender, o Deltan Dallagnol, o Dr. Rodrigo Janot e alguns também -, trazer pessoas para mediarem, que estão de fora assistindo a isso, como também o pessoal do TCU, que está protagonizando esse papel, uma casa que é política. Eu sou contra esse tipo de indicação política - o senhor sabe disso. Apoio projetos aqui - eu acho que o senhor tem um - para que o processo de escolha seja um processo totalmente diferente, com meritocracia. Inclusive, essas diárias especificamente renderam R\$141 mil. Ele passou praticamente todo o mês de fevereiro - na metade - fazendo isso, e o pessoal está querendo retroceder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) - Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Da parte desta Presidência, nada aqui fica engavetado. Tudo eu coloco na pauta, tudo é votado. Assim eu agi aqui, na Presidência da Comissão, desde que cheguei e tenho marcado a minha passagem pela Presidência desta Comissão fazendo isso.

Então, os Senadores têm a prerrogativa de apresentar os requerimentos, e esta Presidência sempre colocará em votação e deixará aberto sempre o debate democrático sobre os temas.

Ainda em discussão o requerimento do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 6 da pauta, o requerimento da CTFC nº 48, de 2022.

Como os demais autores dos requerimentos não estão presentes e também não temos quórum para projetos terminativos, eu vou encerrar esta presente sessão, antes convocando sessão desta Comissão para a próxima terça-feira, no dia 11, às 14h30, aqui mesmo, neste plenário.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 22 minutos.)